

1ª quinzena de agosto de 2002

AD VERSO

Jornal da Adufrgs nº106

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA

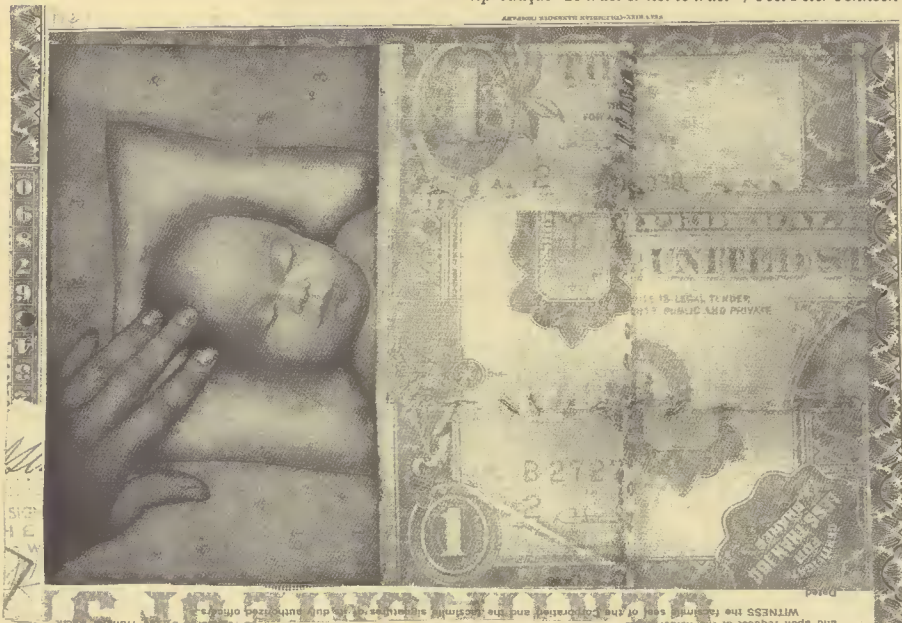
A poucos dias da Cúpula da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, o clima é de pessimismo e preocupação. A resistência do governo dos EUA em assinar tratados para a preservação do meio ambiente vem inviabilizando a adoção de políticas efetivas para implementar um modelo de desenvolvimento sustentável no planeta. Os governos e Ongs que participarão da Rio+10 esperam superar este impasse, apesar do ambiente de crônica de um fracasso anunciado. A natureza parece também se manifestar. Nuvem de poluição na Ásia, secas na África e chuvas na Europa podem elevar a temperatura dos debates.

Páginas 6 e 7

RIO+10

Crônica de um fracasso anunciado

Reprodução "To trust or not to trust" / Joel Peter Johnson



O inimigo do mundo

A Argentina pode ser um exemplo para o Brasil. Na recente crise econômica, aprendeu que a solidariedade estadunidense tem somente uma via. Enquanto serve aos seus interesses imperialistas, o país é parceiro. No momento que esta capacidade se esgotou, afundem-se sozinhos. O Brasil, que na verdade não se comprometeu com a abertura dos capitais como a Argentina, mas não fica muito atrás, deve tirar da recente crise no país vizinho a lição de que, no momento em que se apresentar uma crise semelhante no Brasil, os Estados Unidos agirão da mesma maneira.

Antes, se alguém tinha alguma ilusão quanto a Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca), hoje tem a certeza do que ela representa. Apenas uma permissão para a liberação de trânsito dos produtos produzidos nos Estados Unidos por todas as Américas. Difícilmente, os norte-americanos acabariam com as restrições impostas, que não são nada mais que subsídios, aos produtos dos outros países do continente.

Este risco se apresenta também para a educação em todos os níveis, inclusive o superior, que passaria a ser transformado em uma

mercadoria. Portanto, fugiria aos regulamentos hoje existentes e passaria a ser regulado como um produto saído de uma fábrica. Nas relações entre os países, ficaria submetido às mesmas leis que regulam o comércio.

A necessidade de participação, tanto no plebiscito quanto nas eleições gerais, é para demonstrar que aprendemos com a Argentina. Descobrimos quem são nossos reais parceiros e que as relações entre os países não se resume às questões de produtos, mas que existem relações de povos, pessoas, população. Que esta relação deve incluir o desenvolvimento por igual dos países envolvidos e a superação das diferenças e desigualdades. E não, como quer os Estados Unidos que, à margem do mercado do bloco europeu, busca criar um bloco econômico nas Américas, cujo único beneficiado seriam eles. O projeto do atual governo dos Estados Unidos é de continuar insistindo nos seus planos de criar a Alca, nem que para isso seja necessário fabricar, e de repente concretizar, uma guerra no mundo árabe. A campanha que antecede o conflito já está colocada pelos meios de informação visando criar um inimigo do mundo.

Prisão perpétua para cibercrimes

Programadores que colocarem em risco vidas humanas ao invadirem computadores alheios podem pegar prisão perpétua nos Estados Unidos. É o que foi definido na nova legislação para cibercrimes, naquele país, segundo informa a revista PC Master deste mês. A Câmara dos Deputados aprovou por 385 votos a três o novo pacote de leis que prevê o aumento da vigilância online e o reforço das penalidades por crimes digitais. A Câmara também quer penas perpétuas para quem entrar em sítios governamentais.

Big brother digital

Além do cerco aos piratas cibernéticos, o usuário comum de computador também deve começar a se preocupar com o Big Brother digital que deve se instalar na rede. Seguindo a paranóia estadunidense, depois de 11 de setembro, o governo decidiu diminuir as restrições de monitoramento, antes tomadas pelos provedores de acesso e que garantiam a privacidade da Internet. Resta saber o que o governo dos Estados Unidos vai entender por "ameaça" à pax americana.

FSM define os rumos para 2003

O Conselho Internacional (CI) do Fórum Social Mundial se reuniu em agosto para discutir os rumos e a organização da edição 2003 do evento, marcada para acontecer entre 23 a 28 de janeiro, em Porto Alegre. Participaram aproximadamente 50 entidades e movimentos civis de todo o mundo que integram o CI. Entre elas, a Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac-SP), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão de Justiça e Paz da CNBB. Organizadas em três grupos de trabalho (metodologia, comunicação e regimento interno), as entidades integrantes discutiram propostas para a organização do Fórum. As inscrições para delegados e entidades civis estarão abertas já a partir do começo de setembro e poderão ser feitas pelo site www.forumsocialmundial.org.br. Para participar, todas as organizações devem concordar com a Carta de Princípios do FSM.

Forunzinho Social Mundial

Durante a Semana da Primavera, no dia 8 de setembro, das 10h às 16 horas, no no Jardim Botânico, o Forunzinho Social Mundial estará comemorando junto com a criançada o Aniversário do Jardim Botânico. Serão realizadas oficinas de arte-educação, ecopedagogia, brinquedos reciclados, teatro, cartoon, fanzine, capoeira, música, biodança e outros. Serão realizadas apresentações Circo de uma mala só (José Ramalho e Martin Ruiz), Teatro de Bonecos do Projeto Gota d'água do DMAE, Tia Sucátia, Projeto Basta Passar a Ponte - Greenpeace. No dia 12 de outubro, ainda sem local definido, será realizada a III Preparatória para o Forunzinho Social Mundial (que acontece de 23 a 28 de janeiro de 2003, no Colégio Julio de Castilhos). Esses eventos têm apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura de Porto Alegre e Conselho da Terra.

Vivemos Juntos

Dia 22 de janeiro de 2003, como Programação Especial no II Fórum Mundial de Educação, será realizado o Fórum Vivemos Juntos - Conhecer e Viver a Carta da Terra. Debaterão Leonardo Boff (brasileiro no Conselho da Terra), Moacir Gaddoti (Instituto Paulo Freire), Brendan Mackey (Universidade Nacional de Canberra e diretor do Programa de Educação da Carta da Terra, Austrália), Ana Maria Lopes (Unesco), Guillem Ramis (coordenador do Projeto Vivim Plegats nas Ilhas Baleares, Espanha) e Valéria Viana - coordenadora do Projeto Vivemos Juntos - Naia. A realização é do Núcleo Amigos da Criança e da Adolescência (Naia), Forunzinho Social Mundial e Fórum Mundial de Educação.

Base de Alcântara

A pressão dos movimentos populares, sobretudo do MST, da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab) e Andes, levou a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara a não votar o parecer do relator Zenaldo Coutinho, do PSDB do Pará, sobre a Base de Alcântara. O deputado mudou de opinião pela segunda vez. Contrário ao acordo, acabou concordando com os termos e, agora, quer mudar dispositivos para garantir o direito de inspeção dos containers que vão para Alcântara.

Diretoria

Presidente: Rubens Weyne;
1ª Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2ª Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

ELEIÇÕES 2002

Professores aprovam pauta de reivindicações a presidenciais

Em assembléia dia 5 de agosto de 2002, professores da Ufrgs aprovaram uma pauta mínima de reivindicações aos presidenciais. Ela será encaminhada ao Sindicato Nacional (Andes-SN) como sugestão para que se promova um movimento nacional neste sentido. A partir daí poderá ser elaborada uma pauta única, com a possível colaboração de outras ADs, a ser apresentada aos candidatos à presidência da República. A iniciativa busca garantir, através de um compromisso do futuro governo, a sustentabilidade da universidade pública e o resgate de algumas perdas acumuladas ao longo dos dois mandatos do governo FHC, além da interrupção do processo de sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior. A idéia surgiu em reunião do Conselho de Representantes da Adufrgs e o texto da pauta, originalmente, foi elaborado por membros da Diretoria e do Conselho e alterado a partir das intervenções feitas pelos professores presentes na assembléia do último dia 5 na Faculdade de Economia.

Pauta mínima

Os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Assembléia Geral convocada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS), em função do acúmulo de experiência em sua histórica mobilização em defesa da Universidade Pública, deliberaram expedir a Vossa Excelência e aos demais candidatos à Presidência da República as preocupações e os considerandos abaixo, aos quais adiciona-se uma Pauta Mínima de itens que requerem a imediata ação do futuro mandatário.

Consideramos que a Universidade deve estar inserida no equacionamento de soluções para os proble-

mas mais gerais e prementes da sociedade brasileira.

Consideramos também ser inquestionável e imperioso, para o encaminhamento de uma nova ordem e de um enfrentamento profundo dos problemas existentes, superar a gestão que vem sendo praticada pelo atual governo federal nas questões econômicas e sociais e inclusive na gestão das questões relacionadas à educação superior, que tanto se refletem nos demais graus de ensino. Em nosso entendimento, o papel da Universidade Pública Brasileira é fundamental neste novo projeto de nação que urge ser implementado. Neste sentido, os docentes da UFRGS reivindicam como pauta mínima para a Universidade Pública o que segue:

- 1 - Expansão gradativa do sistema público e gratuito de ensino superior, começando pela reposição das vagas para os corpos docente e técnico-administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que foram perdidas durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2 - Recuperação e expansão gradativas dos recursos financeiros e materiais da Universidade Pública, compreendendo sua infra-estrutura e a articulação do tripé indissociável ensino-pesquisa-extensão. Apenas desta forma a Universidade se habilita a cumprir sua missão de participar do encaminhamento das questões que afligem a sociedade brasileira.
- 3 - Reelaboração de Planos de Cargos e Salários unificados para as respectivas carreiras docente e técnico-administrativa federais, a serem discutidos com as categorias, buscando preservar o Regime Jurídico Único.
- 4 - Correção anual (reposição) dos salários por um índice que não acarrete novas perdas, a ser acordado entre sindicatos e Governo Federal.
- 5 - Recuperação gradativa das perdas salariais.
- 6 - Incorporação imediata das gratificações que caracterizam o salário de docentes e técnico-administrativos, ativos e inativos.
- 7 - Reformulação completa do sistema de avaliação das Universidades, após discussão com a comunidade acadêmica, alterando a sistemática atual que consideramos reducionista, burocrática e ineficaz.
- 8 - Restituição do direito da comunidade universitária

de estabelecer no âmbito das próprias instituições federais o processo democrático de consulta e de escolha de seus dirigentes.

9 - Realização de amplo debate para estabelecer um quadro legal que permita às Universidades Públicas gozarem da ampla autonomia estabelecida no artigo 207 da Constituição Federal - autonomia de gestão, da qual já gozam as Universidades Privadas.

10 - Utilização das verbas públicas para o ensino superior exclusivamente nas Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Poder Público.

11 - Manutenção dos direitos adquiridos dos aposentados, destacando a paridade entre ativos e inativos, a manutenção da não contribuição previdenciária, bem como a manutenção de sua vinculação jurídico-funcional com as universidades. Reivindicações estas já praticadas por outras instituições que congregam os Servidores Públicos Federais, tanto ativos como inativos.

12 - Priorização e institucionalização pelo Executivo Federal de fórum que possibilite uma ampla discussão, na sociedade, do sistema de IES públicas, visando a reafirmação e o efetivo desempenho do papel estratégico da Universidade e da pesquisa públicas no desenvolvimento econômico e social do País.

13 - Preservação do caráter público e gratuito do ensino superior mantido pelo Governo, sem abdicar do compromisso com a crescente qualidade e respeito à democracia interna, sempre a serviço da sociedade e à formação da cidadania.

Esta manifestação expressa, de modo sintético, claro e respeitoso, as preocupações dos docentes federais quanto ao tratamento a ser dado pelo próximo Governo Federal à Universidade Pública, ainda que não es-

gote a complexidade da análise que se requer para o quadro de crise instalado no Ensino Superior.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2002.

AMBIENTE

Instituto de Química tratará resíduos



Cristina Lima

Araújo: "idéia é desenvolver tecnologias de aproveitamento e diminuir o impacto ambiental"

Os resíduos químicos produzidos pelo Instituto de Química da Ufrgs têm agora um destino ecologicamente correto. Inaugurado dia 2 de agosto, o Centro de Gestão de Resíduos Químicos da Ufrgs (CGRQ/IQ/UFRGS) é o primeiro de uma universidade brasileira que dará tratamento completo à matéria-prima pós-consumo. Vai reaproveitá-la a na função original ou em outras operações. Segundo o professor Marco Aurélio de Araújo, diretor do CGRQ, o reaproveitamento dos resíduos representa ganhos para o meio ambiente e economia para a universidade, já que vários produtos serão reaproveitados nas pesquisas e experiências feitas pelos alunos da graduação e pós-graduação do Instituto de Química.

Outro aspecto positivo de economia para a instituição é que com o CGQR não será mais preciso pagar uma empresa particular para recolher os resíduos. Além disso, explica o professor, as empresas acabavam dando um destino não muito correto do ponto de vista ecológico. "A idéia é desenvolver tecnologias de aproveitamento e diminuir o impacto ambiental", completa. Conforme Araújo, existe a meta de expandir em breve as ações do CGRQ às faculdades de Farmácia e Agronomia da Ufrgs, que também realizam experiências com produtos químicos.

A criação do centro é parte do projeto "Química Limpa", que tem como objetivo desenvolver no aluno da graduação uma nova consciência para a formação de um profissional com discernimento e postura crítica em relação à questão ambiental, no que se refere a resíduos de laboratórios e indústrias. Na opinião do diretor do CGQR, o pioneirismo da Ufrgs nessa área está diretamente ligado ao desenvolvimento da cidadania no município de Porto Alegre na última década. Segundo ele, outras universidades federais vêm trabalhando no mesmo sentido, mas nenhuma se encontra tão adiantada quanto a Ufrgs.

Uma parceria com a Luftech - Soluções ambientais, que cedeu um incinerador, permitirá ao centro desenvolver técnicas de destruição térmica e gerar dados para os órgãos de gestão ambiental, o que os ajudará no processo de regulamentação das atividades da área. O CGQR teve um investimento inicial de R\$ 150 mil da Ufrgs e R\$ 80 mil da Fapergs, estes últimos usados exclusivamente para a compra de equipamentos analíticos. Máquinas que vão viabilizar os estudos de poluentes gasosos de alta toxidez, como as dioxinas e furanos.

No setor de reciclagem, segundo Araújo, dois dos produtos que mais serão reaproveitados são o etanol (álcool etílico) e a acetona, veículos usados em grande parte das experiências. Além disso, houve uma redução de escalas - trocar um copo por uma xícara de café, por exemplo - para evitar o desperdício. Por enquanto estão trabalhando no centro pesquisadores e técnicos, mas em breve o local dará espaço aos estudantes do Instituto de Química e da Escola Técnica.

ENSINO SUPERIOR

PT pretende expandir rede pública

A expansão da rede pública de ensino superior está nos planos do Partido dos Trabalhadores, que reservou capítulo especial para o tema no seu programa de educação. Segundo o prefeito de São Carlos (SP) e coordenador do programa, Newton Lima Neto, um futuro governo do PT está comprometido com a meta de aumentar significativamente o número de vagas na graduação e na pós-graduação nas universidades públicas. Ele ressalta ainda que é “igualmente fundamental aumentar a capacidade inventiva do povo brasileiro, através da pesquisa, e integrar as ações do MEC e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para a implementação de programas de desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico”.

Para o ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), a expansão da rede pública de ensino superior promoverá o desenvolvimento econômico e social do país, especialmente nas regiões até hoje desassistidas pelo Estado, além de melhorar a qualificação dos profissionais formados. Ele ressalta, no entanto, que expandir a rede pública simplesmente não significa democratizar o acesso ao ensino superior. Para que um número maior de brasileiros ingresse na universidade seriam necessárias, de acordo com o professor, políticas de ampliação



Newton Lima: “meta é prover, até o final da década, a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”

significativa do ensino médio público e, sobretudo, de melhor distribuição de renda.

Sobre como um futuro governo Lula reverteria o quadro de privatização que vem se instalando nas universidades públicas nos últimos anos, Lima aponta co-

mo única saída aumentar a participação do setor público nas matrículas de educação superior e assim garantir alguma esperança de ampliação do acesso dos jovens, a cada ano mais numerosos, que sonham em cursar a universidade. Esse esforço deverá ser conjunto com os governos estaduais, para que se atinjam as taxas compatíveis com o estabelecido em meta aprovada no Programa Nacional de Educação (PNE) que é “prover, até o final da década, a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”, o que significa dobrar o total de matriculados no setor público ao final de quatro anos.

Segundo o coordenador do Programa de Educação do PT, outro desafio do governo federal em conjunto com os Estados seria “ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação su-

perior”, no estrito cumprimento de meta do PNE aprovada pelo Congresso Nacional e vetada pelo presidente da República. “A luta pela derrubada de todos os vetos apostos ao PNE deverá ser prioritária para o futuro governo”, informa Newton Lima.

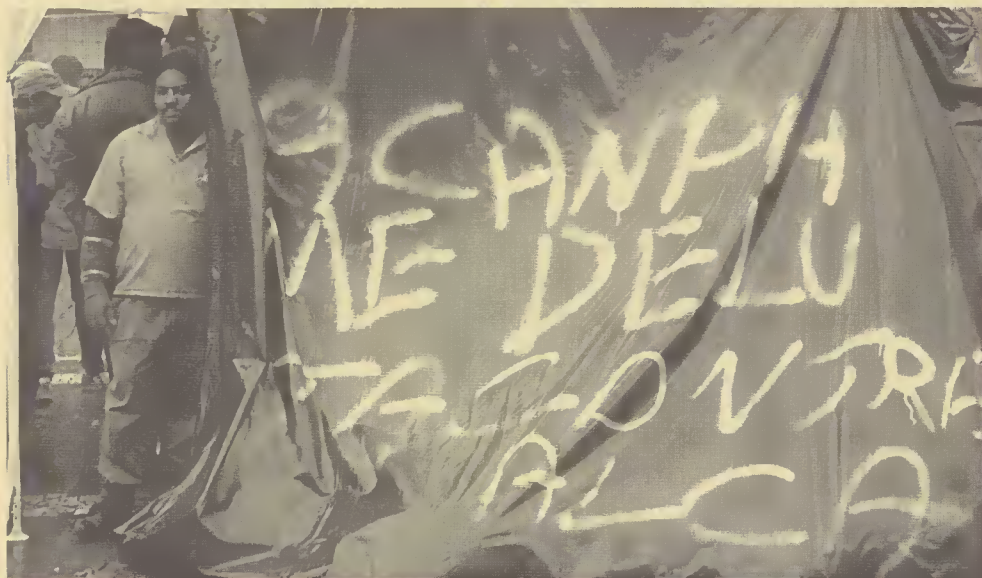
Fotos Cristina Lima

Acampamento contra a Alca



Cerca de 200 pessoas, entre sindicalistas, estudantes, representantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e de movimentos populares, acamparam no Largo Glênio Perez, centro de Porto Alegre, nos dias 7, 8 e 9 de agosto, em mais uma manifestação de protesto contra a Alca. O ato fez parte da semana nacional de mobilização e esclarecimentos sobre os impactos negativos da Alca na economia brasileira. Munidos de panfletos e cartilhas explicativas, os manifestantes percorreram escolas, universidades e associações de bairro levando o máximo de informações possível e convocando a população a participar do plebiscito da Alca, que será realizado entre os dias 1º e 7 de setembro.

No Largo Glênio Perez, um carro de som chamava a toda hora para o que o país perde com a Alca e apesar da chuva e da correria muita gente parou para ouvir. Em algumas barracas, chegaram a se formar filas para entrega de material impresso sobre o tema. Na sexta, dia 9, um show com artistas regionais e um ato público encerraram a manifestação no final da tarde. O resultado do plebiscito será enviado ao Congresso Nacional. No final de julho, até a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) admitiu, com base em estudo feito pela própria entidade, que o Brasil só tem a perder entrando para a Alca.



AMÉRICA DO SUL

Argentina vive "onda brasileira"

A crise econômica está fazendo com que o brasileiros e argentinos parem de se implicar? Segundo a matéria "Brasil deixa de ser rival e torna-se modelo para os argentinos", publicada no jornal New York Times, no início de agosto, a resposta é sim. Depois de afirmar que os brasileiros tradicionalmente encaravam os argentinos como "arrogantes e formais demais", enquanto os argentinos tendiam a desprezar os brasileiros como "pessoas inferiores e mais escuras vivendo ao deus-dará e em completa indolência tropical", Larry Rohter, correspondente do jornal no Brasil sustenta: "isso deixou de ser verdade, pelo menos do lado argentino".

A causa seria a ruína da economia de seu país e a derrocada da classe política nacional. Somada à atual baixa auto-estima dos portenhos, os hermanos estariam aprendendo uma lição de humildade. "Cada vez mais se comparam ao Brasil e aos brasileiros e concluem que a despeito das dificuldades recentes do país vizinho, há muito que admirar lá, da governança corporativa ao estilo de vida", revela a matéria. Segundo Rohter, o colunista de assuntos internacionais do jornal El Clarín, Oscar Raul Cardoso afirma que hoje "existe definitivamente uma mudança de percepção e atitude com relação ao Brasil, e não vejo recuo dessa tendência".

Cardoso chega a se referir a uma "onda brasileira" invadindo a Argentina, em que bares e casas noturnas com nomes brasileiros chegam ao auge da moda. Também teria surgido um novo fascínio com as danças brasileiras e a capoeira. Aumentaram as matrículas em cursos de português e programas de televisão brasileiros estão sendo transmitidos por redes de televisão a cabo. "No mais europeizado dos países latino-americanos, até mesmo religiões afro-brasileiras como o candomblé estão ganhando terreno, com diversos terreiros agora em operação no país, freqüentados por argentinos brancos", informa.

O veterinário argentino Gustavo Tedesco, que já visitou o Brasil seis vezes, disse a Rohter que considera os brasileiros "mais calorosos, mais felizes e mais divertidos e abertos que os argentinos; eu diria que se sentem mais confortáveis consigo mesmos (...) Precisamos aprender com eles como sermos mais cordiais e menos pedantes". Essa imagem dos brasileiros estaria se difundindo pela Argentina, junto com a idéia de que "os brasileiros simplesmente sabem mais como gozar a vida, e não estão obcecados com o dólar. Têm seus problemas, igualmente, mas não se deixam afundar em melancolia da maneira que fazemos".

Mão amiga na hora difícil

Além da crise, haveria duas outras causas para essa simpatia pelos habitantes do Brasil. A mão amiga e o turismo. É que, quando os vizinhos caíram em

desgraça, a Europa e os Estados Unidos voltaram as costas para a Argentina, enquanto que o Brasil teria emergido como o principal defensor e uma espécie de "modelo" para a Argentina. "Os ministros da área econômica de Duhalde consultam regularmente seus colegas brasileiros, especialmente Armínio Fraga, o presidente do Banco Central do Brasil". Os dois governos teriam concordado, inclusive, em empreender missões comerciais conjuntas ao exterior e a discutir a presença de diplomatas argentinos em embaixadas brasileiras na África, onde a Argentina terá de fechar muitas de suas representações para economizar.

Mas a maior parte dos analistas concorda que o principal fator de demolição dos estereótipos sobre o Brasil foi a ascensão do turismo argentino nos anos 90, graças a uma moeda argentina mantida artificialmente em nível igual ao do dólar. Isso permitiu que até mesmo os argentinos mais pobres viajassem ao exterior. E o Brasil foi o destino da maioria deles. O número de argentinos que visitaram o Brasil subiu de 250 mil em 1990 para 1,75 milhão em 2000. A maioria teria voltado à Argentina apaixonada pelo Brasil. Para uma população de 37 milhões esse número é capaz de um contágio gigantesco.

Carlos Escude, autor de diversos livros sobre a política externa argentina, aposta que "a Argentina está se tornando uma espécie de extensão do Rio Grande do Sul, parte de uma comunidade mais ampla, e isso talvez não seja tão ruim. Preferiríamos não ser satélite de ninguém, mas existe

muito menos oposição a que nos tornemos uma estrela na bandeira brasileira do que uma estrela na bandeira norte-americana".



Jéferson Assunção

NOBEL DE ECONOMIA

Objetivo do FMI é garantir lucro, não desenvolvimento

Não é de hoje que o prêmio Nobel de Economia de 2000, Joseph Stiglitz, vem detonando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e constringendo a cúpula mundial do sistema financeiro. A última foi considerar "lamentável" que os empréstimos de curto prazo tenham deixado a eleição brasileira refém do capital internacional. Em uma entrevista recente ao programa De Olho no Mundo, co-produção da BBC Brasil e da Rádio Eldorado de São Paulo, Stiglitz também detalhou as críticas que faz à globalização em seu livro A Globalização e os seus Malefícios (editora Futura). Ele já trabalhou nos centros das grandes decisões da economia mundial, assessorando o governo de Bill Clinton. Também foi economista-chefe do Banco Mundial (Bird), e hoje é professor titular da Universidade Columbia.

Entre outras coisas, Stiglitz disse na entrevista que o mais importante é que os países "têm de entender que a obrigação dos governos é conseguir crescimento econômico, manter o emprego e estabilidade social em seus países. Este não é necessariamente o objetivo do FMI". Segundo ele, o fundo só está preocupado em ter certeza de que os credores serão pagos. "Uma vez que fique entendido que existem objetivos muito diferentes, fica bem claro para qualquer um que algumas das recomendações que o FMI faz não são no interesse do país. Então o que temos de reconhecer é que há uma diferença de objetivos. E o país tem de fazer o que for do seu interesse e do interesse do seu povo".

Stiglitz falou que os dados dos anos 90, década das grandes reformas econômicas, mostram que o receituário do FMI é ineficaz para países em desenvolvimento. "Esta década era para ser o período de crescimento econômico sem precedentes, devido às reformas, mas na verdade os níveis de crescimento foram pouco maiores do que a metade do crescimento dos anos 50, 60 e 70". Na América Latina, por exemplo, mesmo seguindo as recomendações a risca, nos últimos cinco anos a renda per capita caiu. "É um nova década perdida", declarou. Na opinião do economista, a principal lição desse modelo é que um grande volume de empréstimos, principalmente de capital de curto prazo, deixa o país muito vulnerável às volatilidades dos mercados financeiros internacionais.

Ceticismo com a Alca

Sobre a Alca, se preocupa com a possibilidade de "haver outro acordo injusto de comércio, com os Estados Unidos, forçando a América Latina a abrir o seu mercado para os produtos estadunidenses, mas mantendo os subsídios à sua produção agrícola e colocando barreiras ao comércio". Por isso, segundo ele, a América Latina tem de ser cética em relação à Alca. A união dos países é a saída, mas a de países em desenvolvimento, sem a interferência dos ricos. "Um país pequeno sozinho não pode negociar com os Estados Unidos, mas juntos acho que podem fazer muita diferença", explicou.

Mas o que um país pode fazer quando o dinheiro que pode ser liberado pelo FMI é a única maneira de honrar dívidas? Para Stiglitz, se o FMI fornecer dinheiro e apresentar um receituário econômico que permita ao país crescer e reconstruir sua força econômica, este dinheiro extra de curto prazo pode ser de grande ajuda. O problema é que, "historicamente, o que acontece é que em muitos casos graves, mesmo quando o FMI forneceu enormes volumes de dinheiro, a ajuda chega combinada com recomendações de políticas que na verdade enfraquecem a economia do país, que entra em colapso meses depois".

Aí é que se sente o gosto amargo do remédio. "A magnitude do colapso acaba sendo ainda maior do que antes da ajuda, porque muitas coisas regrediram e questões que deveriam ter sido tratadas acabam ficando de lado". A história nos mostra, de acordo com o Nobel, que os empréstimos às vezes fazem alguma diferença, mas em geral deixam o país com mais dívidas e com os problemas adiados apenas por pouco tempo.

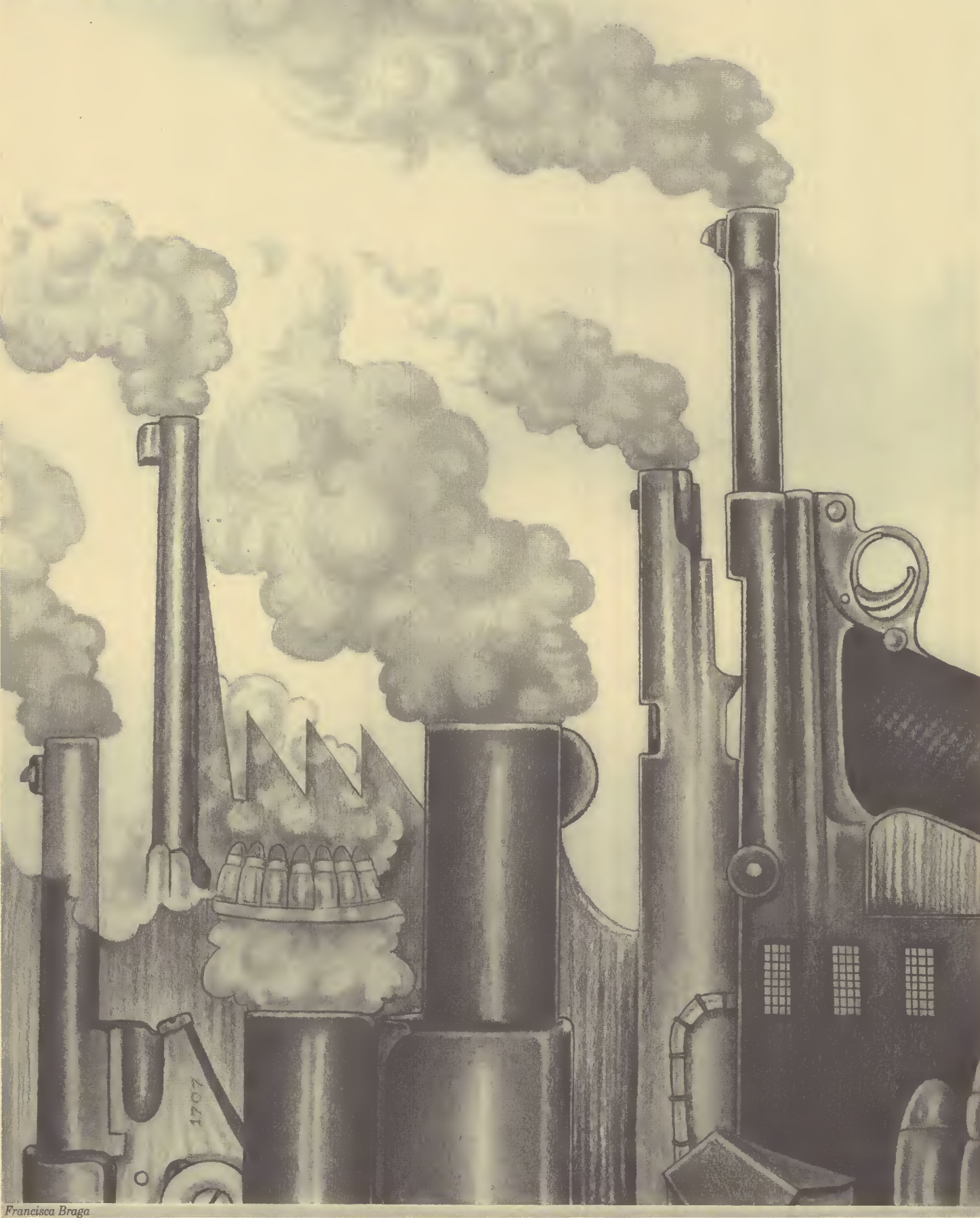
RIO+10

Conferência do clima em meio à tempestade

A Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU)

para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10 ou Eco 2002) será realizada de 26 de agosto a 4 de setembro em Johannesburgo, na África do Sul, tendo como objetivo central rever os acertos e falhas dos últimos dez anos, em matéria de meio ambiente mundial, desde a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro há uma década. A Eco-92 definiu a Agenda 21 com uma série de objetivos e recomendações aos governos e à sociedade organizada de cada país. A partir desta avaliação devem ser traçadas metas para a próxima década, orientando as políticas ambientalistas em todo o mundo. Junto com a Rio+10 estará ocorrendo a conferência mundial das organizações não-governamentais sobre meio ambiente e desenvolvimento social.

Marco Aurélio Weissheimer



Francisco Braga

Desde a década de 70 os ambientalistas denunciavam a iminência de uma catástrofe decorrente da poluição. Agora, às vésperas da Rio+10, o planeta parece advertir os governantes dos países mais poluidores do mundo de que esta não é uma previsão catastrofista dos defensores do meio ambiente. Secas na Ásia, inundações na Europa e uma gigantesca nuvem de poluição sobre o sudeste asiático podem ser o prenúncio de uma tragédia.

Divididos entre o pessimismo e a esperança de que a comunidade internacional possa dar respostas mais concretas aos problemas ambientais do planeta, os organizadores da Rio+10 desde já concordam na avaliação de que muito mais poderia ter sido feito desde a Eco 92, quando foram firmados protocolos de ação como a Agenda 21. Os encontros preparatórios à Rio+10, realizados em Bali, na Indonésia (em maio), e no Rio de Janeiro (em junho) reforçaram a impressão de que a maioria dos países industrializados – os maiores poluentes e emissores de dióxido de carbono – pretende mais uma vez empurrar com a barriga questões ambientais vitais para o futuro do planeta, como os problemas do aquecimento global e da crise no abastecimento de água que deve atingir já nos próximos 15 anos – com consequências dramáticas – principalmente o continente africano.

O Seminário Internacional preparatório à Rio+10 reuniu no final do mês de junho, no Rio de Janeiro, entre outros chefes de Estado, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Thabo Mbeki (África do Sul) e o primeiro-ministro da Suécia, Goran Persson. Ao transferir a Insígnia do Meio Ambiente ao presidente sul-africano – numa solenidade da passagem simbólica da Rio Eco 92 para Joanesburgo – o presidente brasileiro admitiu que as dificuldades relativas à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável não diminuiram na última década. Muito pelo contrário, se agravaram ainda mais em virtude do

aprofundamento do fosso entre países ricos e pobres, com conseqüente agravamento do problema da exclusão social. Fernando Henrique Cardoso disse que hoje "os desafios são tão importantes como aqueles que se impunham há 10 anos, entre os quais avançar na luta contra a pobreza, reforçar a proteção das florestas e assegurar uma resposta solidária e mais eficaz aos problemas de assimetria da globalização econômica".

O bloqueio dos EUA, Austrália e Japão

O principal obstáculo à implementação das agendas e pautas já aprovadas em cúpulas anteriores reside no eixo EUA-Japão-Austrália, com ramificações na própria União Européia. Todos concordam que a agenda ambiental é importante, etc. e tal, mas ela ainda está relegada a um plano secundário (ou até terciário) na sua relação com os interesses geopolíticos destes países. O ministro brasileiro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, disse no encontro preparatório realizado no Rio que nos últimos meses começou a surgir um "ambiente político mais favorável" aos objetivos da Rio+10. Segundo ele, ao passo que, na reunião anterior, em Bali, não se conseguiu chegar a um mínimo consenso razoável, no Rio de Janeiro, ficou clara a concepção de que é preciso continuar afirmando os princípios do desenvolvimento sustentável. As afirmações de Carvalho expressam, em parte, o otimismo protocolar exigido dos anfitriões destes encontros.

O deputado estadual Carlos Minc (PT/RJ), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, avaliou, por sua vez, que o encontro do Rio recuperou questões importantes que até então vinham ficando de fora, como a busca de compromissos claros relativos à aplicação da Agenda 21 e à proteção da biodiversidade. Opinião semelhante foi manifestada pelo secretário estadual de Meio Ambiente do Rio, Liszt Vieira, para

quem o encontro teve o mérito de conseguir constituir num instrumento de pressão institucional sobre os países ricos. O secretário carioca considera que houve algum avanço na discussão travada entre as organizações da sociedade civil e os governos dos países preocupados com os problemas ambientais. Mas nada que justifique um otimismo exagerado.

A situação ambiental no Brasil

O encontro preparatório do Rio serviu também para atualizar a situação ambiental no Brasil desde a realização da Eco-92. O relatório "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável", divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último dia 19 de junho, apontou avanços e retrocessos no Brasil desde a Rio Eco 92. O estudo mostra, por exemplo, que entre 1997 e 2000, o País reduziu em 2,2 toneladas a emissão de gases causadores do efeito estufa. Essa redução, em boa parte, deveu-se mais à diminuição da atividade industrial causada pela recessão, do que a um crescimento da consciência ecológica dos nossos empresários. Outros dados positivos, segundo o IBGE, foram o crescimento das unidades de conservação e áreas protegidas no Brasil, que já se aproximam dos 450 mil quilômetros quadrados, e o aumento das despesas públicas com a proteção ambiental, R\$ 768 milhões entre 1996 e 1998.

O relatório do IBGE também aponta, por outro lado, importantes retrocessos na questão ambiental. O Brasil está no topo do ranking mundial de queimadas em áreas de cobertura florestal, desmatamento e utilização de agrotóxicos. Há casos de gritantes retrocessos nesta área. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul chegou a aprovar, semanas atrás, uma lei que autoriza a prática das queimadas no Estado, decisão que está sendo contestada judicialmente pelo governo gaúcho.

Nos descontos do segundo tempo

Apenas em 2001, segundo o IBGE, foram registradas 145 mil queimadas, em pequenas, médias e grandes propriedades. O relatório do IBGE indica a região mais crítica: o "Arco do Desmatamento e da Queimada" uma área que se estende do Acre ao Pará, passando por Maranhão, Tocantins, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. Outros problemas ambientais graves são a progressiva extinção da fauna – provocada por desmatamentos e pelo tráfico de animais silvestres – e a biopirataria exercida sobre espécies vegetais e animais que, cada vez mais, são catalogadas no exterior por grandes laboratórios farmacêuticos multinacionais. Além dos danos ambientais propriamente ditos, o país perde milhões de dólares, anualmente, com essa prática.

Durante a Eco 92, o governo brasileiro assumiu um compromisso de monitorar anualmente esses problemas. No entanto, passados dez anos, somente agora um relatório oficial traz indicadores sobre o panorama do desenvolvimento sustentável no País. O relatório do IBGE foi o primei-

ro documento produzido com este objetivo desde então. Pressionado pela proximidade da data da Rio+10, no dia 30 de junho o governo federal anunciou finalmente a publicação da Agenda 21 brasileira. Compuesta por dois documentos – um com a íntegra do processo de discussão e outro com os 21 pontos prioritários a serem adotados, a Agenda 21 Brasil propõe ações visando uma distribuição de renda mais justa, além do reforço de programas sociais, da ampliação da rede de saneamento básico e da facilitação do acesso da população à educação. Por enquanto, como normalmente ocorre, está tudo apenas no papel.

Os ambientalistas brasileiros criticam a morosidade do governo para a implementação da Agenda 21 Brasil. O deputado Carlos Minc afirmou, no encontro preparatório do Rio, que os recursos previstos no próximo Plano Plurianual (PPA) não enchem os olhos de ninguém. Segundo ele, parece que o presidente Fernando Henrique resolveu pensar seriamente no assunto, "pena que já estejamos nos descontos do segundo tempo de jogo". Para

Minc, o governo federal avançou em algumas questões, mas não teve força política para aprofundá-las. Na sua avaliação, houve uma grande distância entre intenção e gesto. Ao fazer um balanço da luta ambiental na última década, Minc deu nota 6 para as Ongs, nota 3 para o governo brasileiro e 2 para os governos dos países ricos.

Os ambientalistas defendem que é preciso aumentar drasticamente a participação da sociedade civil brasileira na aplicação da Agenda 21. O ponto mais importante, segundo eles, é tirar as discussões ambientais do "gueto" do Ministério do Meio Ambiente e trazê-las para o centro das discussões econômicas do país. A avaliação geral, expressa no encontro do Rio, é que a Agenda 21 e outras iniciativas do tipo só existirão na prática se forem aplicadas pelo Ministério do Planejamento, sob fiscalização da sociedade civil. Ou seja, de nada adiantam belas resoluções ambientais no papel se a economia ainda continua estimulando degradação e monocultura.

Redução da pobreza: tema central da Rio+10

As discussões travadas nos encontros preparatórios deixaram muito claro que o tema central da Rio+10 será a relação entre o acelerado ritmo de degradação ambiental e o avançado estágio de pobreza da maioria dos habitantes do planeta. Fome, escassez de água, falta de saneamento básico, esgotamento dos recursos energéticos não-renováveis e a inexistência de um plano de agricultura sustentável mundial são alguns dos principais fatores sociais que agem diretamente sobre a saúde ambiental global. Os países ricos mais sensíveis a estes problemas – sob a liderança das nações escandinavas – e alguns líderes de expressão internacional pretendem utilizar o encontro da ONU em Joanesburgo para traçar, além das questões estritamente ambientais, linhas combinadas de combate à pobreza e à degradação ambiental.

A ex-primeira-ministra da Noruega e diretora da Organização Mundial de Saúde (OMS), Gro Harlem Brundtland, sustenta que os países ricos terão que encará-lo de frente a discussão do combate à pobreza no encontro da África do Sul. Segundo disse em recente entrevista ao jornal O Globo, o mundo não pode mais agir como se a saúde e o bem-estar das pessoas não fossem pilares do desenvolvimento sustentável. Gro Harlem acredita que o clima criado na Rio 92 ainda pode ser restaurado, mas isso exige o comprometimento das nações mais poderosas. "É um desafio para os líderes políticos colocar necessidades de longo prazo na frente de benefícios de curto prazo", afirmou a norueguesa. Já está o xis do problema. A administração Bush não vem revelando a menor sensibilidade e interesse em adotar tal agenda.

Risco de retrocesso

Na avaliação de muitos ambientalistas, porém, esse comprometimento sonhado por Gro Harlem não deve sair do papel, mais uma vez. O advogado ambientalista Rogério Rocco, coordenador do movimento de ecologia social Os Verdes, disse no encontro preparatório do Rio que hoje, diferentemente de 92, existe uma forte desmobilização internacional quanto à urgência da questão ambiental. Isso deve, segundo ele, fortalecer a posição de países, como os Estados Unidos, que querem impor alternativas ao Protocolo de Kyoto para garantir sua política de produção e emissão de gases altamente nocivos. "O risco de retrocesso é grande", acredita Rocco.

O pessimismo é altamente justificado. O secretário de Comércio dos EUA, James Mahoney, anunciou no dia 11 de julho que o desenvolvimento de prognósticos científicos para decidir qual a melhor forma de enfrentamento ao aquecimento global deve durar, pelo menos, mais cinco anos em seu país. Daí à adoção de políticas concretas, mais uns cinco anos. Ou seja, a depender desta política, nos próximos dez anos, pouca coisa deverá mudar. Um dos fatores responsáveis por essa política é a guerra contra o terrorismo patrocinada pelo governo Bush e seus aliados. Isso acentuou fortemente a posição secundária que as questões ambientais têm na pauta dos países ricos. Os números revelam como essa secundarização se dá na prática. Os órgãos ambientais das Nações Unidas têm atualmente um orçamento anual de US\$ 2 milhões. A cruzada contra o terrorismo vem consumindo cerca de US\$ 2 bilhões por dia, segundo dados do próprio governo norte-americano.

G-8 e Protocolo de Kyoto

O Greenpeace manifestou seu protesto quando da última reunião do G-8 (grupo dos 7 países mais ricos do mundo, mais a Rússia), que não firmou nenhum compromisso com a Rio+10. "Ironicamente, ao mesmo tempo em que anuncia estar comprometido com a pobreza, a injustiça e a violência na África, o G-8 não firmou nenhum tipo de compromisso relacionado à Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável", afirmou um comunicado da organização. Os líderes do G-8 garantiram apenas que irão buscar "parcerias significativas" para o desenvolvimento sustentável. Para o Greenpeace, essas palavras significam que o G-8 e muitos outros países irão passar a responsabilidade de proteger o meio ambiente e lutar pela erradicação da pobreza para o setor privado. O G-8 ignorou completamente o pedido para que se compromettesse com o sucesso da Rio+10, feito pelos líderes das Cúpulas de Estocolmo, do Rio e de Joanesburgo.

Um dos pontos fundamentais que orientam a política dos países que compõem o G-8 diz respeito à assinatura do Protocolo de Kyoto. No último dia 31, os 15 países da União Européia (UE) aprovaram o Protocolo. O governo brasileiro assinou dias atrás. A decisão destes países foi referendada na sede das Organizações das Nações Unidas (ONU), em Nova York, e dá novo fôlego ao documento que trata de uma série de compromissos a serem adotados pelos países para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa. Essas assinaturas ajudam a isolar os Estados Unidos e seus aliados, que permanecem contrários ao tratado. Durante a cerimônia na ONU, a representante da UE, Margot Wallström, pediu que os americanos reconsiderem sua oposição ao tratado. Pouca gente acredita que essa reconsideração vá ocorrer em curto prazo.

Para entrar em vigor, o Protocolo necessita ser aprovado por, no mínimo, 55 países industrializados que sejam responsáveis por 55% das emissões de dióxido de carbono (CO2). O tratado exige que os países industrializados reduzam entre 2008 e 2012 a emissão dos gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação ao nível de 1990. Com a adesão da UE, subiu de 2,4% para 26,6% a proporção dos países industrializados que ratificam o tratado. A meta conjunta dos países europeus é diminuir a emissão dos gases de efeito estufa em 8% até 2010.

GLOBALIZAÇÃO

A independência e a obstinação em cumprir com suas obrigações de inspecionar usinas químicas, principalmente norte-americanas, do diplomata brasileiro José Maurício Bustani, que dirigia a Opaq, foram longe demais para G. W. Bush

Golpe químico made in USA



Any Bourrier *

Espões em potencial

Após uma queda-de-braço de algumas semanas, os Estados Unidos conseguiram, no dia 22 de abril de 2002, a destituição do diretor-geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (Opaq), o brasileiro José Maurício Bustani. A saída desse experiente diplomata, perito da Conferência pelo Desarmamento das Nações Unidas, que dirigia a entidade desde 1997 e fora reeleito em 2001, pelo voto unânime dos 145 países membros, foi motivada por acusações de “gestão desastrosa” e de “falta de transparência, de responsabilidade e de discernimento”. Os Estados Unidos também lhe imputavam a responsabilidade pela crise em que se encontra a Opaq, denunciando suas “práticas caprichosas e arbitrarias”. No entanto, sua queda explica-se pela vontade norte-americana de controlar a organização com o objetivo de incentivar uma política de confronto com Saddam Hussein. Na realidade, o “crime” de Bustani foi ter tentado persuadir Bagdá a assinar a Convenção pela Proibição das Armas Químicas. Desde sua posse, ele vinha tentando convencer não só o Iraque, mas também a Líbia, a Síria e a Coreia do Norte, a integrarem a organização que dirigia. Na sua opinião, se o Iraque fosse membro da organização teria que se submeter à fiscalização que a Opaq efetua regularmente nas usinas químicas de cinquenta países. Dessa forma, como a Convenção também obriga seus membros a destruírem suas armas químicas, o arsenal iraquiano poderia ter sido neutralizado.

Resistência norte-americana

Mas o governo republicano não podia admitir uma tal aproximação, pois essa assinatura privaria Washington de um argumento válido para desencadear uma ação militar contra o regime iraquiano. Além disso, a independência do diplomata, que procurava proteger os países membros da Opaq das exigências das grandes potências, assim como sua intenção de mandar suas equipes inspecionar usinas químicas nos Estados Unidos, irritavam bastante a assessoria de George W. Bush. O diplomata brasileiro também montara um programa de cooperação entre a organização e os países pobres destituídos de indústrias químicas (e, portanto, com mais razões para assinar a Convenção). O programa, que concedia 12 bolsas por ano a engenheiros do Terceiro Mundo para cursos de mestrado na Grã-Bretanha, tinha por objetivo permitir-lhes que, de volta a seus países de origem, contribuíssem para a criação de uma indústria química nacional. Os parlamentares norte-americanos adiaram o máximo possível a assinatura da Convenção pela Proibição de Armas Químicas. Embora a redação original do texto fosse norte-americana, foram necessários três anos para convencer o Congresso a assiná-lo. William Clinton teve que usar todo o seu prestígio para conseguir a anuência de seu adversário mais feroz, Jesse Helms, o poderoso presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano. Um eventual fracasso prejudicaria seriamente a influência diplomática dos Estados Unidos, que acabaram assinando, em 24 de abril de 1997, a Convenção, já ratificada por 74 países. Permaneceram fortes, entretanto, as reticências norte-americanas no que se refere à inspeção de suas usinas por estrangeiros.

“Enfrentei dificuldades desde o início”, declarou, em Haia, José Maurício Bustani. “Os norte-americanos não aceitavam que funcionários da Opaq pudessem exercer suas funções em seu país. Muitas vezes, eram até impedidos de entrar nas usinas químicas. Nessas condições, não era possível verificar se ali eram fabricados produtos químicos com fins pacíficos. A dificuldade maior era a do exame de amostragem. Era praticamente impossível fazer esse exame exceto em laboratórios norte-americanos, o que não nos dava garantia alguma de que os resultados não fossem adulterados. Os norte-americanos também não admitiam qualquer exigência durante as inspeções. A cada nova inspeção, queriam mudar as regras do jogo.”

Quanto mais os inspetores da Opaq – que, para Washington, eram considerados espões em potencial – insistiam para que os Estados Unidos respeitassem a Convenção, mais crescia a irritação norte-americana. Porém, como destaca Bustani, “nos tempos de Clinton, eu percebia uma certa má vontade, mas conseguíamos fazer o nosso trabalho. Os verdadeiros problemas começaram no início do ano 2001, algumas semanas após a chegada do governo republicano à Casa Branca”.

Pressões sem concessões

Foi então que entrou em cena John Bolton, subsecretário para a Segurança Internacional e Controle de Armas. Ex-assessor de Ronald Reagan e da Fundação Heritage, esse conservador nunca escondeu sua discordância da participação norte-americana em agências multilaterais, principalmente as Nações Unidas. “Nomear Bolton para tratar das questões de desarmamento é o equivalente a deixar um piro-maniaco dirigir uma fábrica de foguetes. Para dar uma idéia de sua inflexibilidade basta lembrar suas posições, duríssimas, durante a negociação sobre o controle de armas nucleares com os russos ou seu empenho pela concretização do projeto ‘Guerra das Estrelas’”, afirma o químico Ian Williams. Assim que foi nomeado, Bolton telefonou a José Maurício Bustani pedindo-lhe para renunciar. “Ele ligou, dando-me ordens”, declara este último. “Queria que fechasse os olhos aos resultados de algumas inspeções feitas nos Estados Unidos. Exigia que eu nomeasse representantes norte-americanos para alguns cargos da organização, de forma a dar-lhes mais poder. Durante os sete anos que fiquei dirigindo a Opaq, fui pressionado por vários países membros, como a Alemanha, mas nunca cedi. Também a Bolton, não fiz qualquer concessão.”

O “peso político” de Kiribati

Em março de 2002, Bolton desembarcou em Haia, segundo Bustani, com um recado: “Ama-

nhã, Washington irá exigir a sua saída da organização na reunião do Conselho diretor. E você terá que sair imediatamente da Holanda.” Quando Bustani pediu explicações, a resposta foi ofensiva: “Seu estilo de gestão não agrada”, disse Bolton. Para levar adiante sua cruzada, os Estados Unidos não hesitaram em recrutar os bons serviços de Kiribati, um país do Pacífico, constituído por 30 mil ilhotas, com uma renda per capita anual de 850 dólares – graças à exportação de banana, coco e batata doce... Signatário da Convenção, apesar de jamais ter pago suas cotas, Kiribati foi incitada pelos norte-americanos a participar da deposição de José Maurício Bustani. Por ocasião da assembleia-geral extraordinária, o delegado daquele país começou por saldar a dívida junto à Opaq. Em seguida, votou contra o diretor-geral. E, por fim, comemorou o final feliz do combate.

A destituição do diplomata brasileiro é considerada a primeira de uma série que irá fazer rolar cabeças nas organizações multilaterais. “Nessas organizações, as normas proíbem a demissão do diretor-geral. Isso para dar-lhe suficiente independência e liberdade para exercer suas funções. Ele não se deve sentir ameaçado nem se deve submeter aos desejos dos países membros, por mais importantes que sejam. Só pode ceder seu cargo quando de uma nova eleição”, protesta Bustani, com amargura. Os Estados Unidos perpetraram, na Organização para a Proibição das Armas Químicas, o que o jornal britânico The Guardian chamou um “golpe de Estado químico”. Enquanto se aguarda a nomeação de um novo diretor-geral, caberá ao australiano John Gee, vice-diretor-geral, desempenhar as funções de Bustani. Segundo Ian Williams, outros dirigentes de organiza-



ções internacionais estão na mira da Casa Branca: Mary Robinson, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ONU, Hans Blix, chefe da Comissão de Controle, Verificação e Inspeção das Nações Unidas, Terje Roed Larsen, representante da ONU nas negociações de Oslo, assim como Peter Hansen, comissário-geral da delegação das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA). Williams cita, inclusive, o caso de Kofi Annan, cujas recentes iniciativas para conter Ariel Sharon não agradaram. “Não seria surpreendente”, afirma, “se o governo norte-americano iniciasse uma campanha para forçar a secretário-geral das Nações Unidas a renunciar.”

Traduzido por Jô Amado

* Jornalista.

PRESTAÇÃO DE CONTAS		
ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
CNPJ-MF Nº 00.767.204/0001-64		
BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2002		
RUBRICAS / MESES		ABR
ATIVO		1.933.679,29
FINANCEIRO		1.685.035,10
DISPONÍVEL		220.597,14
CAIXA		7.043,10
BANCOS		44.936,14
APLICAÇÕES C/ LIQUIDEZ IMEDIATA		168.717,90
REALIZÁVEL		1.464.337,96
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO		1.459.772,08
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.459.772,08
CRÉDITOS A REALIZAR		4.555,88
DEVEDORES		0,00
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		2.949,37
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		421,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR		29,05
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS		1.172,46
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER		0,00
ATIVO PERMANENTE		248.644,19
IMOBILIZADO		242.823,13
BENS MÓVEIS		74.799,96
BENS IMÓVEIS		197.187,85
REFORMAS EM ANDAMENTO		45.108,16
DEPRECIACÕES ACUMULADAS		74.272,72
DIFERIDO		5.821,06
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS		8.867,88
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		2.586,82
PASSIVO		1.901.319,33
PASSIVO FINANCEIRO		11.899,47
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		877,11
OBRIGAÇÕES FISCALIS E SOCIAIS		691,42
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		185,89
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		0,00
CRÉDITOS DIVERSOS		0,00
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS		10.822,36
PROVISÕES ENCARGOS GPESSOAL		10.822,36
SALDO PATRIMONIAL		1.889.519,86
ATIVO LÍQUIDO REAL		808.950,40
SUPERÁVIT ACUMULADO		1.290.669,48
ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
RUBRICAS / MESES		ABR
RECEITAS		112.888,68
RECEITAS CORRENTES		80.111,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		80.111,73
RECEITAS PATRIMONIAIS		20.804,78
RECEITAS FINANCEIRAS		20.804,78
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS		10.267,31
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS		10.267,31
OUTRAS RECEITAS		1.705,88
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		1.855,88
OUTRAS RECEITAS		360,00
DESPESAS		109.295,89
DESPESAS CORRENTES		109.295,89
DESPESAS COM CUSTEIO		58.850,81
DESPESAS COM PESSOAL		13.089,38
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS		88.975,88
DESPESAS DE EXPEDIENTE		8.957,44
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS		509,70
DESPESAS LEGAIS		897,14
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO		1.820,03
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		1.321,93
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO		317,08
ENCARGOS FINANCEIROS		22,80
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS		29.738,96
DESPESAS COM VEICULAÇÃO		0,00
DESPESAS COM VIAGENS		13.267,05
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS		460,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA		567,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES		14.500,00
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		1.174,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		20.655,13
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES		18.992,59
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT		3.873,54
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS		3.593,79
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO		31.542,37
ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO		
RUBRICAS / MESES		ABR
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		0,00
FÓRUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES		0,00
ESTORNO DESP. PENDENTES COMPROVAÇÃO EM 2001		0,00
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		1.756,64
CONDUÇÕES URBANAS - F.M.E.		0,00
CPMF - F.M.E.		6,64
DESPESAS C/INFRA-ESTRUTURA - F.M.E.		0,00
DESPESAS C/ESTADIA E HOSPEDAGENS - F.M.E.		0,00
DESPESAS BANCÁRIAS - F.M.E.		8,00
DESPESAS C/LOCAÇÕES - F.M.E.		0,00
DESPESAS C/PASSAGENS - F.M.E.		0,00
DESPESAS C/SEGURANÇA - F.M.E.		0,00
DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO - F.M.E.		0,00
GASTOS C/COMBUSTÍVEIS - F.M.E.		0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE - F.M.E.		0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL - F.M.E.		0,00
PROPAGANDA E PUBLICIDADE - F.M.E.		1.742,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - F.M.E.		0,00
DESPESAS PENDENTES DE COMPROVAÇÃO		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS		(1.756,64)
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO		817,59
RUBENS C. V. WEINYE PRESIDENTE NINO H. FERREIRA DA SILVA CONTADOR - CRC/RN Nº.14418		

ALÉM DA ALCA

Colômbia e Argentina em debate na Ufrgs



Adufrgs e o Comitê de Solidariedade ao Povo Colombiano realizam dia 3 de setembro, a partir das 19h, o debate Além da Alca: Crise Argentina e Plano Colômbia, que marcará a semana do Plebiscito da Alca, que ocorre em todo o Brasil, de 1º a 7. O debate terá como temas Crise na Argentina: peneiração e rebelião (com Yamile Socolovsky, dirigente do coletivo político Marcha Grande na CTA - Central de Trabalhadores Argentinos), Plano Colômbia II: a guerra continua (Pietro Alarcón, advogado da Comissão em Defesa dos Direitos Humanos - Colômbia). O debate ocorre no Auditório da Faculdade de Economia.

Para adiantar um dos assuntos que serão tratados no evento, reproduzimos a seguir trechos do artigo “Colômbia, o Vietnã anterior à escalada”, de Miguel Urbano Rodrigues, publicado originalmente nos sites <http://resistir.info> e em www.elcuchipe.hpg.com.br, que dá uma visão do que significa politicamente a chegada ao poder do novo presidente colombiano Álvaro Uribe Velez no contexto do Plano Colômbia. “Nos últimos dias dois acontecimentos de enorme significado político chamaram a atenção para a América Latina como pólo de lutas que condicionam o rumo da humanidade. No dia 7 de agosto, Álvaro Uribe Velez assumiu a Presidência da Colômbia sob a proteção de um gigantesco aparelho militar. Na mesma hora morteiros e bombas explodiam no centro de Bogotá, atingindo o próprio palácio presidencial, a Casa de Nariño. No dia 8 de agosto, em Caracas, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela emitia um acórdão negando-se a julgar como golpistas os quatro generais e almirantes que dirigiram o golpe de Estado de 11 de abril contra o presidente Hugo Chávez. Ambos os acontecimentos serão recordados como clarificadores do velho debate travado no continente sobre estratégias para a tomada do poder, a transição e formas de luta.

A decisão tomada pelos juizes de Caracas, embora esperada, foi recebida como balde de água gelada pelo presidente Chávez e por quantos na Venezuela empunham as bandeiras da Revolução Bolivariana. Ela veio iluminar com luz forte as ilusões dos que ainda acreditam em transformações revolucionárias da sociedade venezuelana realizadas por canais institucionais. O acórdão caraqueño soou na América Latina como um réquiem pela via pacífica. A oposição parece jogar na tática do desgaste, tudo fazendo para encaminhar o país para uma situação de caos. Se o presidente Chávez não retificar a sua estratégia não é de excluir inclusive a eventualidade de um novo golpe. (...)

Uribe: “Que fracasso!”

Personalidades que rodeavam Uribe quando ele foi informado de que o próprio palácio presidencial fora atingido pelo bombardeamento revelaram à imprensa que ele, descontrolado, desabafou: «Que vaina, que insucesso!» [em português o equivalente seria «Que porra, que fracasso!»]. O seu espanto é compreensível. Ele quisera transformar a posse numa cerimônia de projeção internacional. Estava rodeado de chefes de Estado e de governo. Da Espanha, Aznar enviara o próprio herdeiro do trono. (...)

A Colômbia é, neste início de século, cenário de um confronto em que por vezes se torna muito difícil estabelecer

a fronteira entre a tragédia e a epopéia. Somente no Vietnã encontramos precedente para o que ali se passa. Já o escrevi depois de conviver durante semanas com combatentes das FARC num acampamento guerrilheiro da selva. E volto a expressar essa convicção. Não há calúnias que possam apagar o comprometimento revolucionário das FARC na sua longa luta de quatro décadas por uma Colômbia democrática e independente, um país renovado que responda ao projeto libertador de Bolívar.

As ofensivas desencadeadas pelas FARC nas últimas semanas confirmaram que a organização, lutando em 60 frentes, dispõe hoje de um poder militar que é reconhecido pelo próprio Exército, que lhe atribui um efetivo combatente superior a 20 mil homens e mulheres. O êxito de operações empreendidas em grandes cidades permite concluir que a sua rede de apoio urbano se ampliou e fortaleceu muito no último ano. Num comunicado difundido no país e no estrangeiro, o Estado Maior Central das FARC deixou muito claro que é o Governo quem impede a troca de prisioneiros proposta pela guerrilha e exigida pelo povo.

Uribe chega, assim, à Presidência num contexto em que o seu triunfalismo é desmentido, no dia-a-dia, pelos fatos da vida. Condecorado com a Ordem do Mérito Militar, com a Cruz da Força Aérea, com a Estrela da Polícia, o novo presidente promete a vitória sobre as FARC se estas não se submeterem às suas condições, ou seja se não entregarem as armas, capitulando. Fala com a prepotência de um César caribenho sem uniforme. Mas enquanto ele anunciava imaginários triunfos futuros, o general Tapias (que foi durante anos o homem forte do regime) confessava num discurso ambíguo, antes de deixar o comando das Forças Armadas, que a guerra contra as FARC somente pode terminar na mesa das negociações, pois não enxerga para ela qualquer solução que não seja política.

Os milhões vindos dos EUA permitiram à oligarquia colombiana montar o mais poderoso exército da América Latina e uma força aérea com um poder de fogo superior ao somado da brasileira e da argentina. Mas Tapias vem a público, na sua despedida, reconhecer que as FARC não podem ser destruídas militarmente, nem com os dólares do Plano Colômbia.

Um milhão de bufos

A Colômbia é, pelos seus recursos naturais, um dos países mais ricos do continente americano. Mas está arruinada. Até «El Tiempo», porta voz da oligarquia liberal, reconhece com amargura que tudo piorou nos últimos anos. O balanço do mandato de Andres Pastrana é catastrófico. O de Uribe começa com morteiros e rockets a explodirem em Bogotá. Mais de 60% dos 42 milhões de colombianos vivem na miséria. Uns nove milhões dispõem do equivalente a menos de um dólar por dia. Dez milhões estão desempregados. A dívida externa ultrapassa 42 bilhões de dólares. O panorama é tão sombrio que no Congresso dos EUA se ergueram já vozes lamentando o esbanjamento de 2 bilhões de dólares em programas de combate ao narcotráfico, incluindo as verbas anteriores ao Plano Colômbia. (...)

Muitos anos transcorreram antes que as grandes maiorias compreendessem que os revolucionários do Vietnã combatiam pela humanidade inteira. Um dia isso acontecerá com as FARC. Noutro contexto, as mulheres e homens do movimento guerrilheiro do comandante Manuel Marulanda travam uma luta que transcende o trágico cenário colombiano. Resistindo, eles batem-se também pela humanidade”.

Graciela Baroni Selaimen - Rede de Informações do Terceiro Setor

O termo “Sociedade da Informação” (ou “Sociedade do Conhecimento”) tem utilidade para a sociedade civil? Ele descreve adequadamente as mudanças nos processos e estruturas sociais que estão acontecendo atualmente em âmbito global? Há de fato uma nova forma de sociedade emergindo? E, se há, para quem se constrói esta sociedade, e como ela pode ser direcionada para fomentar os direitos humanos e atender necessidades humanas urgentes?

A “Sociedade da Informação” é útil para a sociedade civil?

As respostas para estas questões não são óbvias, de modo algum, pois elas carregam consigo uma forte carga ideológica. No momento em que o boom industrial do pós-guerra se revertia em inflação, estagnação e recessão, o livro de Daniel Bell “A Chegada da Sociedade Pós-Industrial” (1973) abriu a cena para o desenvolvimento da idéia de uma “sociedade da informação”. Bell argumentava que o transtorno econômico então vivido pelas economias industriais do Norte anunciava uma mudança – de economias fundamentadas na produção de bens tangíveis para economias baseadas na prestação de serviços. Computação, pesquisa e desenvolvimento científico, educação, serviços de saúde – as atividades baseadas no conhecimento viriam se tornar a espinha dorsal de uma economia pós-industrial e de uma sociedade baseada na informação.

Ao longo dos anos 80 e no início da década de 90, a transferência em larga escala da produção industrial para o Sul – onde a mão-de-obra era barata – tomou mais força e uma enxurrada de estudos e relatórios patrocinados por governos e grupos de acadêmicos e especialistas seguiram a linha proposta por Bell e enquadraram esta reestruturação econômica como o nascimento de uma “sociedade da informação”. Alimentadas pelas políticas econômicas neoliberais, privatizações, comércio livre, desregulamentações e ajustes estruturais se tornaram as palavras-de-ordem de um plano emergente que era, essencialmente, um meio para reanimar um sistema capitalista enfermo.

A tecnologia da informação desempenhou um papel central neste processo. Na arena global, a tecnologia facilitou o movimento rápido tanto de bens como de capital, ligando os novos centros manufatureiros do Sul aos mercados do Norte. No Hemisfério Norte, a desregulamentação dos mercados de telecomunicações era encarada como um fator fortalecedor para investimentos e pesquisa e desenvolvimento na área da tecnologia da informação, provendo, portanto, a infra-estrutura técnica para a produção e a comercialização de novos produtos na área da informação.

Seguindo o exemplo de outros, quando os países da União Européia deram início a um grande impulso para “re-regular” e privatizar o setor de telecomunicações em meados dos anos 90, eles utilizaram o termo “sociedade da informação” especificamente para enfatizar que a nova sociedade pela qual eles estavam se empenhando teria um foco importante nas questões sociais. A reestruturação não se dava simplesmente no âmbito da infra-estrutura (que, no final das contas, seria de propriedade do setor privado e controlada por ele), mas também no âmbito do desenvolvimento e dos investimentos sociais, assegurando que seus benefícios chegassem às pessoas.

Infelizmente, as atividades e os orçamentos direcionados ao alcance de objetivos sociais foram minúsculos, comparados às enormes mudanças trazidas pela regulação e privatização de infra-estrutura. Em 1995, o G7 – grupo de países industrializados – apresentou sua própria versão da Sociedade da Informação Global, mais uma vez oferecendo uns poucos e pequenos programas-piloto para promover a universalização dos serviços, ao mesmo tempo em que vigorosamente davam seguimento a políticas liberalizadoras que obtiveram grande sucesso em desnacionalizar a indústria de telecomunicações e que estão tendo continuidade na área dos meios de comunicação, de uma maneira mais geral.

Neste sentido, a “Sociedade da Informação” é uma invenção das necessidades capitalistas da globalização e dos governos que financiam estas necessidades. Ao mesmo tempo em que houve, como resultado deste processo, um crescimento do acesso a serviços de informação em muitos países do Sul, este crescimento está restrito a áreas urbanas e a regiões que representam mercados mais lucrativos – e a maioria acabou por encontrar-se no lado menos privilegiado de uma crescente “Brecha Digital” – um fenômeno multifacetado no qual os indivíduos do sexo masculino, com educação de nível superior, bem remunerados, dentro do padrão ocidental, estão em vantagem onde quer que seja – no Norte ou no Sul.

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (que acontecerá em Genebra, em 2003, e Túnis, em 2005), o Dot Force e até mesmo a ICT Task Force das Nações Unidas são vistos por muitos como meramente uma nova esfera neste desequilibrado desenvolvimento de políticas, atraindo clientes para as novas tendências de imposição de um modelo neoliberal de comunicação em todos os cantos do planeta. Enquanto estão se focando (com poucos resultados) na mais recente onda de desigualdade – A Brecha Digital –, estas instâncias não são capazes de lidar com, ou articular, questões mais profundas sobre as imensas transformações estruturais que vislumbramos no campo da informação e da comunicação.

Resgatando o conceito: de volta às origens

Esta noção da Sociedade da Informação, guiada pelos interesses de corporações transnacionais, tratando com superficialidade as verdadeiras necessidades humanas e a cada vez mais crescente desigualdade, não é endossada por muitos, da sociedade civil. Portanto, um passo essencial é reabilitar o termo Sociedade da Informação, para afirmar que não há um único modelo de sociedade da informação, mas muitas “sociedades da informação” possíveis. O passo seguinte deve ser determinar que tipo de sociedade da informação irá promover melhor o desenvolvimento e os direitos humanos, e se a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação oferece uma oportunidade para nos reunirmos para esboçar e implementar este conceito.

Um problema com o uso corrente do termo Sociedade da Informação é que ele freqüentemente apresenta as tecnologias de informação e comunicação (e o acesso a elas) como fins em si mesmas, ao invés de apresentá-

las como ferramentas de apoio. Manter o foco nesta última abordagem poderia levantar em pouco tempo questões mais fundamentais do que as que estiveram no centro dos primeiros debates sobre a sociedade da informação, ou sobre aquela que era chamada a sociedade pós-industrial (...)

Questões-chave para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

Se a sociedade civil se propuser a abraçar e resgatar uma outra noção de sociedade da informação, deve se voltar a estes fundamentos propondo as questões corretas:

Quem gera e possui a informação e o conhecimento? Eles são utilizados para o benefício privado de uns poucos ou para o benefício público de muitos?

Como o conhecimento é disseminado e distribuído? Quem concentra e distribui o conhecimento?

O que inibe e o que facilita a utilização do conhecimento pelas pessoas, para que atinjam seus objetivos? Quem está melhor e pior posicionado para tirar vantagem deste conhecimento?

Muitas outras questões subsidiam o balizamento destes temas: Será que as tendências globais na área de direitos autorais foram longe demais, ao apoiar os proprietários de empresas, às custas da criatividade e do domínio público? A concentração da propriedade dos meios de comunicação ameaça a participação política e a diversidade cultural? A liberalização no campo das telecomunicações irá inibir as políticas de universalização do acesso, especialmente para os usuários mais pobres e os que estão em áreas rurais? Que impacto terá a progressiva privatização das freqüências de rádio neste recurso público? Quais são as implicações a longo prazo da comercialização dos ambientes de conhecimento, através da propaganda e da promoção de uma moral consumista, especialmente nos países pobres? Será que o atual desgaste da privacidade e o fortalecimento da vigilância são necessários? Que ações devem ser tomadas para tratar dos motivos da brecha digital? Como jovens e mulheres podem formatar e participar das políticas relacionadas à sociedade da informação? As tendências atuais na governança global podem colocar os direitos humanos no cerne da agenda da sociedade da informação? A sociedade da informação vai trazer desenvolvimento sustentável para todos? A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação poderia ser um fórum oportuno onde estas questões vitais fossem levantadas (...).



Jéferson Assunção - escritor

Por que somos contra a propriedade intelectual?

O mundo da propriedade intelectual tem suas histórias engraçadas. Que tal imaginar a Warner exigindo das milhões de pessoas que fazem aniversário todos os dias pagamento pelos direitos de "Parabéns a você"? É que o direito autoral para essa música pertence ao grupo AOL Time Warner. Todo ano, a empresa recebe como pagamento aproximadamente dois milhões de dólares. Ainda nos Estados Unidos, numa audiência no congresso, buscando revisar as leis de direito autoral em 1906, o escritor Mark Twain, autor dos clássicos "As aventuras de Tom Sawyer" e "Huckleberry Finn" defendeu o direito "natural" à propriedade intelectual, segundo diz Pablo Ortellado no artigo Por que somos contra a propriedade intelectual?. "Após ser informado que tal doutrina era inconstitucional, passou a defender a extensão do direito para o maior prazo possível. Seus argumentos? 'Eu gosto da extensão [do direito de propriedade intelectual] para 50 anos porque isso beneficia minhas duas filhas que não têm competência para ganhar a vida como eu ganho pois eu as eduquei como jovens senhoras que não sabem e não conseguem fazer nada'", revela o autor.

É uma história já antiga, mas que vem ficando mais complexa à medida que a tecnologia dá mais poder de cópia aos cidadãos comuns. Um exemplo do autor vem da editora musical White-Smith, que em 1908 moveu um processo contra a Apollo Co. pela venda de "rolos de piano", cartuchos cilíndricos com papel perfurado que eram utilizados por um dispositivo que permitia aos pianos tocarem músicas automaticamente. Pode-se dizer que era o começo de uma novela que teria como grande e explosivo capítulo o fechamento do Napster, programa desenvolvido em 1999 que buscava superar a dificuldade de encontrar música em formato MP3 na internet. Até então, essas músicas ficavam no ar apenas até uma grande gravadora encontrar o servidor e enviar uma mensagem ameaçando deflagrar um processo judicial. Como lembra Ortellado, "de certa forma, nada distinguia a troca de arquivos na rede Napster do hábito que as pessoas sempre tiveram de gravar fitas cassetes para os amigos. A diferença era que isso era feito numa rede de cinco milhões de usuários - e foi com base nessa grande dimensão que a RIAA, a associação das gravadoras americanas, sustentou um processo contra o Napster".

Quem se debruça sobre essa história também pode sofrer desilusões com grandes artistas que muitas vezes puseram mesquinhos interesses privados acima dos interesses públicos. Ortellano cita o caso da banda de

rock Metallica, em defesa das grandes gravadoras contra o Napster. Segundo o comemorado baterista Lars Ulrich, "apesar de todos nós gostarmos de criticar as gravadoras grandes



e más, elas sempre reinvestiram seus lucros na exposição de novas bandas para o público". Segue dizendo que, "sem essa exposição, muitos fãs nunca teriam a oportunidade de conhecer hoje as bandas de amanhã". Nesse mesmo caso, outro rebelde, o roqueiro Lou Reed argumentou que a livre troca de música sem o pagamento dos direitos autorais retirava sua fonte de sustento.

O caso Napster foi, de fato, emblemático para a discussão. E o veredito veio por parte da própria comunidade mundial, que continuou apoiando a ampla divulgação de produtos culturais, mesmo sem pagamento de direitos. O caso está longe de ser resolvido. De um lado, autores se dizem prejudicados por não terem retorno financeiro de seus produtos, por outro, os próprios artistas se dizem nas mãos de megaempresas de entretenimento que, geralmente abocanham as maiores fatias dos direitos. Alternativas estão sendo buscadas por uma série de artistas, como é o caso, no Brasil, do cantor Lobão, que decidiu abrir sua própria gravadora, a Universo Paralelo, e se engajar na luta contra as grandes gravadoras.

Muitas medidas já foram tomadas para coibir a cópia. "Foi assim, em 1964, quando a Phillips lançou o

cassete de áudio e a indústria fonográfica primeiro tentou impedir o lançamento do produto e depois fez lobby no Congresso para que fosse criado um imposto sobre os cassetes virgens para compensar as 'perdas' da indústria resultantes das cópias que os usuários fariam de seus LPs para cassetes". O mesmo aconteceu em 1976 quando a Sony lançou o videocassete formato Betamax.

A Universal Studios e a Walt Disney abriram um processo contra a Sony acusando-a de incitar a violação dos direitos autorais. Depois de uma batalha judicial que durou oito anos, a Suprema Corte finalmente reconheceu que a pessoa que gravava o último capítulo da novela não praticava pirataria. Depois, em 1987, chegou ao mercado um novo dispositivo de reprodução: a fita de áudio digital, que permitia gravações digitais fiéis sem recurso à compressão de dados (como acontece com o CD). A fita de áudio digital fez com que a indústria fonográfica entrasse em desespero. "Em função de suas pressões foram propostas diversas leis e emendas no Congresso americano que buscavam limitar a capacidade de reprodução dos aparelhos e taxar as fitas virgens. Depois de muitas disputas, o presidente Bush (pai), ratificou, em 1992, no último dia do seu mandato, o "Ato sobre a gravação doméstica de áudio" que tinha sido aprovado antes, no Congresso. O Ato, entre outras medidas, instituiu um imposto sobre os aparelhos (2% sobre o preço de venda) e sobre as fitas virgens (3% do preço de venda). O imposto, depois de recolhido, era distribuído da seguinte maneira: 57% para as empresas (gravadoras e editoras musicais) e apenas 43% para os autores."

É no meio deste debate que surge a idéia de "copyleft", a subversão dos direitos autorais. O termo partiu de um amigo de Richard Stallman, um dos hackers que criaram a idéia de softwares livres, que escreveu certa vez numa carta: "Copyleft: all rights reversed" (esquerdos autorais: todos os direitos invertidos) em alusão à nota comum: "Copyright: all rights reserved" (direitos autorais: todos os direitos reservados). Era o conceito que daria o mote para a criação dos programas de computador livres, feitos para serem copiados, desde que citada a fonte. Desde seu surgimento, os softwares livres têm sido uma demonstração prática de que o mundo pode viver sem copyright, desde que alguma coisa na lógica seja invertida. "Hoje o movimento pelo copyleft, livre circulação da cultura e do saber ampliou-se muito além do universo dos programadores. O conceito do copyleft é aplicado na produção literária, científica, artística e jornalística", trabalho que não é o de "imaginar um mundo possível, mas de passar a construí-lo, aqui e agora".

ORELHA



Alimentos: métodos físicos e químicos de análise
Heloisa Helena Carvalho
e Erna Vogt de Jong (Coord.)

Manual para análise de alimentos dirigido a estudantes e profissionais especializados, voltado para a obtenção de altos índices de controle de qualidade industrial. Resultado de 30 anos de atividades do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Ufrgs. Editora da Ufrgs. 184 p.



Palavra de presidente
Claudia Wasserman
Estudo sobre os processos de construção da Nação e da nacionalidade em três países da

América Latina: Brasil, México e Argentina. Segundo a autora, dar voz aos sujeitos da história numa perspectiva comparativa permitiu romper com a singularidade dos casos e revelar traços comuns ao universo latino-americano. Editora da Ufrgs. 200p.



Palácio para guardar doidos
Yonissa Marmitt Wadi

Estuda a constituição do discurso médico-psiquiátrico no processo de conquista do espaço institucional preferencial de controle do louco. Lança olhar sobre práticas médicas e relações que se estabelecem entre o saber e algumas das diferentes instâncias sociais envolvidas na institucionalização da loucura. Editora da Ufrgs, 256 p

WWW

Trabalho

☒ www.observatoriosocial.org.br
Traz análise do comportamento social e trabalhista de empresas e governos.

Informática

☒ www.spamassassin.org
Traz filtros para e-mails em massa (spam) utilizados por vendedores inconvenientes.

"Intercâmbios devem ser de fato caminho de mão dupla"



Arquivo pessoal

Zilá: "Acredito que seja um reconhecimento do alto nível de pesquisa que já se pratica na América Latina"

ADverso - O que representa para a senhora a eleição para a presidência do Conselho Internacional de Estudos Canadenses?

Zilá Bernd - Na verdade, isso constitui uma distinção porque em 21 anos de existência - este conselho foi fundado em 1981 - é a primeira vez que se elege alguém da América Latina entre as 24 associações que ele congrega. Eu acredito que seja um reconhecimento do alto nível de pesquisa que já se pratica na América Latina e também uma sinalização para que outros países venham a participar.

Adverso - Como está esse trabalho de formação de redes de pesquisa?

Zilá - Bom, minha formação é em francês e originalmente os meus contatos foram sempre com a França. Mas nesses contatos o que se verificava era o seguinte: quando vinham pesquisadores para cá, vinham como ministrantes, como aqueles que detêm o conhecimento, em relações unidirecionais. Então, eles vinham, davam suas conferências e iam embora. Era uma coisa difícil para a gente conseguir a reciprocidade, conseguir que professores daqui fossem para lá, também. Agora isso está mudando. Já há acordos, entre a Capes e a França, que facilitam isso, mas normalmente os intercâmbios se faziam numa única direção. Quando eu comecei a fazer meus estudos no Canadá, percebi uma diferença. Eu fiz contato com professores e grupos de pesquisa, que nunca mais me largaram. E sempre foi assim. Para cada visita que eles fazem aqui eu garanto uma visita de um professor do Instituto de Letras, da área de Literatura Brasileira, lá. A tal ponto que, em 15 anos de intercâmbio, agora tem em Montreal um centro de pesquisas e estudos sobre o Brasil, o CERSB, sigla em francês. Então, eu acredito nisto. Para mim, as relações internacionais têm que ter um caminho de mão dupla. Tem que haver a bilateralidade, tem que haver conhecimento recíproco, das duas culturas. Eu me disponho, aqui, a fazer este trabalho, em torno dos estudos canadenses, também de divulgar todo esse esquema de bolsas, porque acho que nossos alunos e professores se beneficiam muitíssimo. É um dos melhores sistemas de bolsas. Não tem nenhum país no mundo, atualmente, oferecendo tão ampla e generosamente bolsas como o Canadá. Também porque eu vejo que há um terreno propício para essas trocas, que há um clima de democracia nas universidades e que eles têm interesse em ouvir o que a gente tem a dizer.

A professora Zilá Bernd, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Ufrgs, foi eleita recentemente presidente do Conseil International d'Études Canadiennes (Ciec). Ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan), durante quatro anos ela estará à frente de uma entidade que coordena o trabalho de 24 associações de estudos canadenses espalhadas pelo mundo. Criado em 1981, é a primeira vez que um acadêmico brasileiro é escolhido para dirigir o Conselho que conta com cerca de dois milhões de dólares em bolsas de programas canadenses, estrangeiros e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Jéferson Assunção

Adverso - Por que esse interesse? Deve-se a idéia de uma cultura canadense da convivência com a diferença? Isso é real?

Zilá Bernd - Eu acho o Canadá uma cultura mais democratizada, com um convívio muito íntimo com a migração. É o país que mais recebe imigrantes do mundo todo, e não foi assim, como o Brasil, que foram vagas migratórias, no século XIX, início do século XX, sem fluxo contínuo. Lá é constantemente, e de todos os países do mundo. Então, eles tiveram que estabelecer políticas de convívio multicultural. Um exemplo é que a famosa política de multiculturalismo é uma coisa que emana do Canadá. Ou seja: o respeito aos aportes, às especificidades lingüísticas, culturais e religiosas de cada grupo imigrante, o que às vezes fica uma coisa complicadíssima. Eu visitei escolas de 2º grau que tinham alunos de 60 etnias e 20 línguas diferentes. É diferente do Brasil, em que, quando chega uma pessoa imigrante ou mesmo quando a gente recebe colegas na própria universidade, não há como acolher. Era preciso criar um centro de acolhida, um centro de recepção. Quando as pessoas chegassem, mostrar como funcionam as coisas... Isso eles têm. São centros de acolhida do estrangeiro, fun-

a gente estima que sejam de sete a oito mil com interesses acadêmicos e de pesquisa com o Canadá. Então, meu papel também é participar desses congressos, levar para esses diferentes países alguma novidade ou a experiência do Brasil. Eles estão muito interessados agora em saber como é que a nossa situação, de certa forma um tanto periférica, em desenvolvimento, também mantém toda uma possibilidade de desenvolver pesquisas. Acho que, a CNPq e Capes são coisas que funcionam muito bem no Brasil, esse apoio que ainda existe para a pesquisa. São coisas, por exemplo, totalmente aniquiladas, desmanteladas, na Argentina. Na Argentina, não há mais nem doutorado. Eles têm um sistema que não funciona mais. Eu tenho alunos do doutorado, da Argentina, que vêm fazer comigo porque, aqui, nós temos um sistema reconhecido mundialmente. O nosso doutorado equivale ao PhD, tem sistema de apoio à pesquisa, está estruturado, organizado, eletronicamente, em contato com CNPq e Capes, que são coisas totalmente inexistentes na Argentina.

Adverso - De que forma os professores da Ufrgs poderão se beneficiar dessas bolsas?

Zilá - Os interessados podem entrar no site www.iccs-ciec.ca ou no da própria Abecan (www.abecan.com.br). Evidentemente que eu vou poder exercer um papel de divulgação maior pois tem um núcleo da Abecan aqui na Ufrgs, no Instituto de Letras. Só para se ter idéias de algumas bolsas: tem uma para mestrado ou doutorado, para alunos que têm algum assunto ou uma bibliografia canadense, e não só das federais, mas qualquer universidade. Nesse programa se pode ficar seis semanas fazendo trabalho de coleta de material específico, num valor de 1.500 dólares canadenses por semana. E é uma bolsa que deixa as pessoas muito livres. Tem também para formação de grupos de pesquisa, além da bolsa, que as pessoas mais pedem, que é a de complemento de especialização. É para alguém que esteja lecionando em uma universidade, seja ela qual for, e queira ir para o Canadá para ficar um mês coletando material bibliográfico, documental, para enriquecer os seus cursos, que dá aqui no Brasil. É uma bolsa que paga cinco mil dólares canadenses para a pessoa ficar um mês lá. A pessoa organiza tudo, a data em que quer ir, só tem que provar que tem uma universidade, uma equipe de pesquisa lá que pode acolhê-la. Tem uma outra que é um programa de pesquisa. A pessoa diz que precisa ir para ficar um mês e a retribuição é incluir aquele material no seu curso, em sua atividade docente. Na de pesquisa, tem que incluir o material na atividade de pesquisa e publicar um artigo numa revista científica onde estejam incluídos estes conhecimentos. É um programa muito flexível. Todos os meses de setembro os interessados devem fazer a solicitação. Sempre em janeiro do próximo ano o professor recebe o cheque e faz a sua viagem. Muitos professores da Ufrgs já se beneficiaram desses programas. A idéia é de que eles sejam cada vez mais divulgados e mais solicitados.

"Um orçamento de mais de US\$ 2 milhões que apóia a cada ano mais de 600 bolsistas"

cionando para suprir todos os tipos de necessidade, sobretudo a questão lingüística. É gratuito o ensino do inglês e do francês, para esses imigrantes.

Adverso - Quais serão suas principais atribuições na presidência do Conselho?

Zilá - O Conselho congrega 24 associações de estudos canadenses e tem uma parte executiva, com funcionários do governo, em Ottawa. E há um presidente, um acadêmico sempre de um outro país, com a idéia, justamente, de que esta pessoa exerça uma função de dinamização, de liderança junto a esses 24 países. Uma das principais funções é organizar, uma vez ao ano, uma reunião dos presidentes dessas 24 associações e os conselheiros, onde se estabelecem metas de atividades para aquele ano. Cabe-me encorajar publicações científicas e encontrar, dentro desse programa de bolsas, o financiamento de ajuda de publicações, a divulgação para todos esses presidentes dos programas de bolsas, que estão sempre melhorando e aumentando e também cuidar para que o site www.iccs-ciec.ca seja o mais representativo de todas as publicações específicas de assuntos canadenses e que contenha os anúncios de todos os congressos. Uma coisa interessante é que todas essas 24 associações realizam a cada dois anos congressos com a participação de especialistas do mundo todo, que